

## Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia

### Audição do Representante do Fórum Açoriano

Dr. Carlos Arruda

*Ponta Delgada, 27 de abril de 2017*

**(\*) Presidente:** Boa tarde.

*Eram 16 horas e 33 minutos.*

A Sra. Deputada Zuraida Soares não poderá estar hoje, mandou-me um SMS, por razões imprevistas. Estará connosco amanhã. Também, conforme tive oportunidade de falar convosco, ontem, houve aqui um conjunto de pessoas que, por razões mais ou menos imprevistas e de última da hora, não puderam comparecer. Como se meteu o feriado, só ontem foi possível, também, fazer essa comunicação. Entretanto, também, agilizamos e antecipamos até os contatos com as entidades que foram deliberadas na última reunião para as próximas Comissões. A informação que tenho dos serviços é que relativamente à reunião do dia 4 de maio todas as pessoas confirmaram. Relativamente ao dia 31 de maio, os contatos estão sendo feitos, são duas personalidades - o Presidente Fernando Menezes e a Presidente Ana Luís. Portanto, espero que isso também aconteça rapidamente. Também gostava de perguntar, face à natureza desta reunião e se os próprios aí não se opuserem, se esta reunião pode ou não ser pública, aliás, porque esta é uma matéria, também, com alguma delicadeza. Também tive oportunidade, há algum tempo, de falar convosco relativamente à nossa última reunião e ao equívoco que houve relativamente a isso e, portanto, gostava de dizer que naturalmente o PS mantém a mesma intenção, ou seja, de que haverá, com certeza, reuniões destas em que teremos que fazer negociações e consensualizar a matéria e penso que por essa razão, naturalmente, essas reuniões não devem ser públicas. Haverá outras que, face à sua natureza, penso que não há nenhum problema que o sejam. São designadamente as reuniões das audições, mas ponho à vossa consideração. Não sei se alguém se opõe.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Desde que o auditado...

**O Orador:** Exato! Também perguntarei ao auditado neste caso. A cada um deles.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sei que há pessoas...

**O Orador:** Exato, que podem de algum modo não querer.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Já tivémos casos desses...

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Como no caso da Sata...

**O Orador:** Muito bem.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Desde que a pessoa não se importe...

**O Orador:** Sim senhor. Eu presumo que já esteja aí o Dr. Carlos Arruda.  
Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Só para dizer que, da parte do PSD, nós achamos que a regra devia ser antes, quer dizer, só nas reuniões em que ocorram audições e que as pessoas não pretendam que sejam audições públicas, por assim dizer, ou que avisaram é que devemos eventualmente [...]

(Corte na gravação por 51 segundos)

(\*) **Presidente:** [...] que comece a ser um costume *contra legem*. *Contra legem* na medida em que o Regimento ainda mantém (também já tem mais do que uma década) o princípio de que as reuniões das comissões, por regra, só serão públicas se assim for deliberado e, por isso mesmo, havemos de ir vendo caso a caso, sendo certo que nalguns casos pode naturalmente justificar. Mas penso que também neste caso e havendo a concordância dos próprios não há nenhuma razão para nos opormos. E, portanto, creio que podemos considerar, então, por unanimidade aprovada a deliberação de que a reunião de hoje, se os próprios assim a isso se não opuserem, será pública e em conformidade então vou chamar o primeiro auditado e também avisar a comunicação social.

(Entrada do representante do Fórum Açoriano e dos órgãos de comunicação social)

Bom, eu começo, naturalmente, por agradecer ao Dr. Carlos Arruda, em representação do Fórum Açoriano, a sua presença aqui e certamente o contributo que nos vai dar.

**Deputado João Corvelo (PCP):** Boa tarde, Sr. Presidente.

Eu peço desculpa em interrompê-lo, mas eu não oiço absolutamente nada, porque os microfones aí estão todos desligados.

**O Orador:** Muito bem! Estavam... Creio que agora está melhor, Sr. Deputado.

**Deputado João Corvelo (PCP):** Agora consigo ouvir, Sr. Presidente.

**O Orador:** Muito bem, pronto. Vamos prosseguir então...

**Deputado João Corvelo (PCP):** Muito obrigado.

**O Orador:** Nada. Conforme também recebeu, esta Comissão foi constituída em finais de fevereiro e o seu objeto, naturalmente, além do publicado é um bocado amplo. Aliás, um dos nossos trabalhos será exatamente depois, de algum modo, ir delimitando e concretizando esse objeto. Tem, naturalmente, a ver com a organização institucional e do sistema de governo da nossa

Região, com a participação cívico-política e a participação, portanto, dos cidadãos e o sistema eleitoral. Também com a organização territorial e as relações intra e interpoderes – os poderes regionais, autárquicos, de ilha. E também com a consolidação e aperfeiçoamento de um acervo, quer jurídico-legislativo, quer também competencial e administrativo que faz parte, digamos assim, do património da Autonomia. Eu propunha-lhe que seguissemos a metodologia habitual neste tipo de reuniões, dar-lhe a palavra para dizer o que se lhe oferecer e depois, naturalmente, faremos o debate que se impuser.

Muito obrigado, mais uma vez. Tem a palavra.

(\*) **Representante do Fórum Açoriano (Carlos Arruda):** Queria dizer que eu recebi a comunicação na sexta-feira, ao fim da manhã. Tive que contactar com os elementos todos da direção do Fórum e depois nós tivemos que fazer contatos com alguns dos nossos sócios, nesse *forcing*, e só tivemos o documento, digamos, mais ou menos pronto na quarta-feira, portanto, ontem à noite. Estive até a prepará-lo hoje de manhã exatamente por causa disso. Portanto, há aqui coisas que, na realidade, podiam ser mais bem aprofundadas, mas a falta de tempo, na realidade, não me deixou. Eu tenho aqui este documento que depois deixo à Comissão. Está aqui assinado, vou apenas lê-lo e depois não sei se interrompe ou não. É o que temos aqui a dizer sobre isso.

As ilhas foram território descoberto (isto, portanto, é uma introdução) e povoado e como tal eram uma extensão da Mãe-pátria sem outro estatuto, para muitos, que não o de território colonizado. Um povoador era um português deslocado dentro do país, não era sequer um emigrante. Com o tempo, as populações locais começaram a desenvolver mecanismos sociais que acabaram por formar uma entidade autónoma. Continente e ilhas foram se afastando nos afetos, principalmente por os desconhecerem, cada vez mais. Surgiram os sentimentos autonómicos, independentistas, para a surpresa de alguns. Existiu o sentimento de Pátria açoriana em detrimento de Pátria portuguesa, outros tempos, que hoje o sentido dessas palavras e intenções ficaram no passado. Mas hoje afirma-se que a Autonomia dos Açores é a conjugação da Pátria açoriana na portuguesa. O Fórum Açoriano – associação cívica de utilidade pública, foi fundada a 3 de junho de 1993, considera que a autonomia política das regiões autónomas, em particular dos Açores, dá lugar à necessária e sempre dinâmica de reflexão sobre a mesma, mesmo passados 40 anos da sua existência. A Autonomia é fruto da revolução democrática do 25 de abril de 1974 e consagrada na Constituição da República de 1976. Constituiu-se como o fator que coopera grandemente para coesão e unidade nacional e que assenta na coesão territorial, social, económica e cultural do povo açoriano, que dá dimensão ao país pela sua terra e o seu mar, terra e mar dos Açores no país que é Portugal. Face à

reduzida quantidade de tempo, o resultado do contributo do Fórum Açoriano, em reflexão com os sócios, assume no conceito de açorianos ao longo do texto como expressão e representação das instituições próprias da Região, seja a Assembleia Legislativa Regional dos Açores ou o Governo Regional dos Açores, elencado pelas diferentes áreas.

1) Organização política/sistema de governo:

– Os Conselhos de Ilha são órgãos consultivos e como tal devem ser independentes;

– Devem ser cooptados da sociedade civil três elementos que elegerão o seu presidente, introduzindo nas ilhas onde não existe visita estatutária – São Miguel, Terceira e Faial – a presença de pelo menos uma vez por ano do Governo Regional dos Açores;

– Deve procurar-se que esses Conselhos de Ilha sejam menos políticos, alterando a sua composição política.

2) Sistema eleitoral e da participação cívica e política:

– Promover candidaturas independentes à Assembleia Legislativa Regional;

– Asseverar que os candidatos a integrar as listas da Assembleia Legislativa Regional devam possuir residência nos Açores;

– Alterar o conceito existente de paridade, ou seja, os candidatos nas listas das diferentes eleições regionais e autárquicas deverão ser paritários;

– Revisitar o Estatuto dos Deputados, valorizando uma maior transparência entre o eleito e o eleitor, reavaliando, por exemplo, a concessão de não afetos permanentemente e mitigar a imunidade parlamentar para efeitos de processos crime;

– Permitir listas abertas nas candidaturas à Assembleia Legislativa Regional;

– Garantir que em qualquer eleição, um açoriano possa votar eletronicamente, presencialmente em qualquer parte do País e ainda alterar as condições de voto antecipado em caso de ausência no estrangeiro;

– Conceber a informatização do sistema eleitoral, permitindo a mobilidade de voto presencial eletrónico, não votando forçosamente na sua freguesia em todas as ilhas dos Açores;

– Garantir que em todo o funcionamento da Assembleia Regional devem esforçar-se, em todo o seu limite, pela relação com o cidadão, desde logo através do canal via web, na transmissão dos plenários e comissões, e em arquivo que promova a pesquisa da participação parlamentar;

– Criar o programa parlamentar sénior anual, à semelhança daquilo que acontece com o parlamento jovem.

3) Organização territorial e das relações intrapoderes:

– Garantir a participação, o direito à decisão em proveito dos açorianos em todas as atividades realizadas na exploração das zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional;

– Garantir a participação, o direito à decisão em proveito dos açorianos em todas as atividades realizadas na exploração do território terrestre por via de acordos internacionais;

– Possibilitar que as competências referidas no Estatuto Político-Administrativo dos Açores possam ser delegadas na administração local.

4) A existência do Representante da República não nos agrada, mas não temos consenso sobre a quem atribuir os seus poderes. Presidência da República? Figura de prestígio da Região? Divididos por diversas entidades? Não acreditamos que as alternativas venham melhorar a situação!

– Asseverar pela audição e participação dos açorianos ao nível da República, da União Europeia e das instâncias internacionais.

– Certificar a alteração de funcionamento da RTP-Açores, nomeadamente do modelo janela, afirmando-se como uma televisão do País, no território insular, com especificidade e produção própria, sendo divulgada através do Grupo RTP para a diáspora e outras comunidades, nomeadamente países de língua oficial portuguesa.

– Aprofundar o existente modelo fiscal na sua aplicação nos Açores.

– Reconhecer que, face à atual Lei das Finanças Locais nos processos futuros, há que manter ou melhorar o relacionamento financeiro entre a Região e a República, com sentido exímio dos seus princípios: o da solidariedade, da cooperação e da transparência. A Lei das Finanças das Regiões Autónomas é, hoje, o garante da transparência e da estabilidade desse relacionamento, não podendo nunca, sobretudo no rescaldo dos processos de resgate e intervenção da Troika, ser desvirtuada nos seus princípios. O Fórum tem desenvolvido pensamento sobre esta matéria e está disponível para o apresentar noutra sede.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Doutor.

Sras. e Srs. Deputados, temos aqui um conjunto grande de posições e de ideias. Está aberto o debate. Sr. Deputado José Contente, faça favor.

**(\*) Deputado José Contente (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Sr. Dr. Carlos Arruda muito obrigado pela sua presença.

Tinha só, neste momento, duas questões às quais solicitava alguma clarificação ou clareação para mim próprio, para o Grupo Parlamentar, uma vez que se ficou pelo tema...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** (Aparte inaudível)

**O Orador:** Pois, mas em primeiro lugar, obviamente, quando eu faço a questão, ela se for clarificada para mim, os outros não sei se ficarão clarificados e é por isso que eu digo que...

E, portanto, as questões são as seguintes: o que é que o Fórum entende por modelo de janela para a RTP, que foi referenciado aí? E também, um bocadinho, nós temos um Estatuto que nos parece, neste momento, minimamente condizente com as responsabilidades que os cargos públicos

devem ter em matéria de imunidade. E, portanto, não entendemos muito bem o que é que o Fórum entendeu por se aprofundar e mitigar a imunidade dos parlamentares, uma vez que essa questão, de acordo com aquilo que já está estipulado, nos parece ser razoável, por um lado defendendo o estatuto de quem tem e quem assume responsabilidades públicas e por outro lado também não desresponsabilizando para atos graves que eventualmente possam ocorrer. E parece-nos que este estatuto da imunidade, atualmente, é perfeitamente razoável. Mas uma vez que o Fórum se pronunciou sobre isso no sentido de mitigar essa imunidade. Eu não percebi bem se isso era no sentido de retirar os atuais direitos que os Deputados têm ou aumentá-los. Portanto, era isso que eu queria. Muito obrigado.

(\*) **Representante do Fórum Açoriano (Carlos Arruda):** Pensamos que deve ser a ambição de uma RTP mais alargada e não nos termos que existe, no fundo, com “enlatados” e com tudo isso que veio. Portanto, é uma impressão com características diferentes, como existe em muitas regiões autónomas, por exemplo em Espanha. Portanto, seria uma televisão mais aberta e com uma cultura autónoma que não ficasse condicionada com o que se passa a nível nacional. É só..., retirando aquele problema de janela que até veio do tempo do outro Governo, portanto, o Ministro Relvas, em que nós tínhamos uma janela muito curta e que agora está mais aberta. Quanto à questão da imunidade parlamentar, é isso que o Sr. Deputado disse. Quer dizer, o Fórum entendeu que há, na realidade, um determinado número de direitos, como disse, que os Deputados têm e que deviam ser retirados em termos de imunidade parlamentar, só isso. Não estamos a especificar o que é. Achamos que “há direitos a mais” neste aspeto e, portanto, deviam ser retirados, apenas isso. Isso é uma reflexão que depois ficará a cargo dos Deputados. É só essa a questão.

**Deputado José Contento (PS):** Portanto é só o princípio...

**O Orador:** É só o princípio. É o princípio geral. Pensamos que há, na realidade, alguns direitos a mais em termos de responsabilidade... que defendem os Deputados de determinadas respostas que tenham que dar a nível judicial. E, portanto, deviam ser retirados alguns desses direitos. Quais? Ponto, isso é uma questão para depois...

**Presidente:** O Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Era também uma questão muito breve, apenas também agradecer a exposição do Sr. Dr. Carlos Arruda e questionar o seguinte: quando o Sr. Doutor falou da questão da reformatação dos Conselhos de Ilha fiquei na dúvida se o Fórum entende que deve haver algum tipo de parecer dos Conselhos de Ilha para alguma matéria que seja vinculativa, ou seja, o parecer negativo, por exemplo, nos que diz respeito a orçamentos, ou planos anuais, ou outras matérias específicas para as ilhas... ou se só mantêm o formato de pareceres

de órgão meramente consultivo. E se o Fórum propõe essa visão dos Conselhos de Ilha, como é que entende a sua composição em termos de lhe dar alguma legitimidade democrática? Muito obrigado.

(\*) **Representante do Fórum Açoriano (Carlos Arruda):** Nós não temos uma ideia de como em termos práticos é que deve funcionar. Achamos é que os Conselhos de Ilha são demasiados extensos, demasiado grandes. Devem ser apenas consultivos, portanto, dar pareceres positivos ou negativos, mas são consultivos sobre aquilo que for necessário e devem, portanto, ser reduzidos. E pensamos que é muito importante a Presidência, por exemplo, ser na realidade captada externamente, portanto, por elementos que venham externamente. Achamos que também está demasiado politizado e, portanto, isso cria determinados problemas de funcionalidade dos Conselhos de Ilha que podem não funcionar e talvez, nessa ordem, devem ser revistos os membros que lá estão (se calhar há demasiados elementos políticos, há os presidentes das juntas, há uma série de...). Portanto, tem que ser na realidade revisto isso e reduzido porque se torna disfuncional, como seguimos por exemplo em São Miguel. Talvez nas Flores, enfim, nas ilhas mais pequenas como a Graciosa possa funcionar melhor porque há menos gente, mas em São Miguel e na ilha Terceira provavelmente não funciona. Não vão funcionar, porque são demasiado grandes, demasiado pesados. E, portanto, torna-se difícil e devem ser reformulados nesse aspeto. Agora achamos que é importante haver como órgão consultivo e, portanto, será muito mais funcional e muito mais útil se forem, na realidade, mais fáceis os consensos. E menos político, evidentemente, pois geram-se determinadas discussões sem ser, na realidade, discussões que tenham a ver com a questão. Essa é a nossa conclusão.

(\*) **Presidente:** Eu aproveitava também para colocar aqui duas questões: (aliás, uma delas já foi claramente afluída, também, pelo Dr. Carlos Arruda) uma relativamente à importância, ao fenómeno, ao eventual combate à abstenção, e outra, que também me parece importante, acerca da figura institucional do Representante da República – o Sr. Doutor diz que o Fórum, em princípio não tem grande simpatia por ela, mas tem algumas dúvidas acerca do “depois do adeus”, tendo dito inclusive que há algumas dúvidas que... Melhor, eu gostava, se fosse possível, que precisasse um bocadinho mais.

(\*) **Representante do Fórum Açoriano (Carlos Arruda):** Nós entendemos que o Representante da República, neste momento, tem poderes muito reduzidos. Poderes que são importantes que ele tem, por exemplo, dar posse ao Governo, etc... O que é que pensamos se tirarmos o Representante da República, para onde é que vão esses poderes? Nesta questão nós temos dúvidas. Não sabemos, quer dizer, o Presidente da República é um perigo muito grande que nós temos, se nós pensarmos no que foi o Presidente da

República, por exemplo. E pode acontecer outras coisas que são centralistas, quer dizer, na realidade é muito perigoso que isso aconteça. Esses poderes ficam aonde? Arranja-se um órgão aqui que tenha esses poderes? Pode ser uma hipótese. Que órgão? Que tipo de órgão? Isso compete aos senhores Deputados depois definirem e se valerá a pena ter esse órgão. É mais uma despesa. Será uma individualidade independente que a Região tenha? Será benéfico? Não será benéfico? Isso são as dúvidas que temos. Nós não gostamos, na realidade, do Representante da República. Mas também temos dúvidas. Esses poderes para onde é que vão? E se vão ser melhor aplicados se retirarmos o Representante da República? Esta é a única dúvida que nós temos e não houve consenso na realidade. Há uns que dizem que não se importam que ele esteja lá, outros dizem que (levantam essas questões que são aqui levantadas), na realidade, para onde é que vão esses poderes? Será benéfico retirarmos esses poderes? E entrega-los a quem? A figura, de facto, não é consensual. Isso é um facto. Os poderes têm que ser atribuídos a alguém. Quem? Não tivemos tempo de refletir muito sobre isso de uma forma mais alargada, mas essa é a questão que eu trouxe.

**Presidente:** Sim senhor.

**O Orador:** Quanto à questão que me tinha perguntado...

**Presidente:** Da abstenção...

**O Orador:** Da abstenção... A abstenção sabemos que é um exagero. Os números da abstenção, especialmente nas ilhas grandes como a nossa, tem a ver muitas vezes exatamente, para já, com o desconhecimento. Há uma certa desconfiança da população em relação aos políticos, isso é um facto, mas também tem a ver com a questão de nós desconhecermos (a maior parte da população não conhece) os Deputados. No Corvo, nas Flores, nas ilhas mais pequenas conhecem-se, convivem lá todos os dias, mas em São Miguel a maior parte das vezes não os conhecem, quer dizer, há Deputados nas listas, por exemplo, de São Miguel que eu nunca ouvi falar deles e eu sou uma pessoa que na realidade tem alguma informação. E isso releva, na realidade, a um afastamento e, portanto, há a questão de tornar isso mais acessível às pessoas. E depois há o voto eletrónico, as pessoas que estão fora, que estão aqui, mas estão a estudar fora não conseguem... o meu filho, por exemplo, que está lá fora, quis votar o ano passado e "passou as passas do algarve" para conseguir votar, porque é muito burocrático, é muito demorado. Isto na realidade favorece a abstenção. Há muita gente que está inscrita aqui, mas que está fora e não vota. Portanto, é um número que vai aumentar a abstenção e é esse que tem que ser resolvido. É uma questão técnica. Acho que do ponto de vista político não é difícil resolver isso, para facilitar exatamente o combate à abstenção e a participação política dos cidadãos que estão afastados, em parte, por todas essas dificuldades que existem. Além de



outras, mas estas são fundamentais, que nos parecem que na realidade estão em causa.

**Presidente:** Obrigado.

Sr. Deputado Artur Lima, faça favor.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Doutor, muito boa tarde. Muito obrigado pela sua exposição.

Eu queria só clarificar. O Sr. Doutor falou aí nos Deputados não afetos, se o Sr. Doutor pudesse explicar um bocadinho melhor. Portanto, atualmente são 57 Deputados na Assembleia, que percentagem é que o Fórum acha que devem ser não afetos?

**Representante do Fórum Açoriano (Carlos Arruda):** Não temos números sobre isso, quer dizer...

**O Orador:** Não?

**Representante do Fórum Açoriano (Carlos Arruda):** ... deixamos essa reflexão para vocês. É um alerta! Achamos que deve ser revisto esse problema. Não temos o problema estudado nem discutimos amplamente esse número para lhe dar uma resposta concreta. É um alerta que fica, o Sr. Deputado agora... E, portanto, acho que é um problema que podem pensar. Pode achar que não vale a pena ou achar que sim, mas acho que vale a pena!

**O Orador:** Não, não! Eu acho que vale a pena até porque o CDS já defende isso há muito anos.

**Representante do Fórum Açoriano (Carlos Arruda):** Não temos números para isso! Não lhe posso dar essa resposta.

**O Orador:** Até lhe posso dar a percentagem: que 25% dos Deputados deviam ser não afetos. Já defendemos isso há muitos anos, não é de agora! Mas já agora, se me permite Sr. Doutor, uma informação: (falou aí e bem na nossa RTP-Açores, de chegar à nossa diáspora...) eu lembro-lhe que a Assembleia fez um estudo, até por proposta do CDS, aprovada por unanimidade, sobre o audiovisual nos Açores e que foi feito por um grupo de independentes, um professor de Coimbra, jornalistas da nossa praça, personalidades, enfim, um estudo absolutamente independente e muito interessante e que está disponível na página Assembleia. Só para lhe dar uma informação: a RTP-Açores não é uma janela, a RTP-Açores não produz mais porque não quer! De manhã limitam-se a transmitir o canal RTP 3, como o Sr. Doutor sabe. Eles não ocupam aquele espaço porque não querem! Porque não querem produzir, porque não querem trabalhar ou por qualquer outro motivo. Já não é janela, eles é que gerem aquele espaço.

**Representante do Fórum Açoriano (Carlos Arruda):** Isso agora já não sei.

**O Orador:** É só uma informação que lhe estou a dar, Sr. Doutor. Eles é que gerem aquele espaço, mas pronto.

Os Deputados não afetos se tinham alguma...

E devo lhe dizer que partilho um bocadinho da sua preocupação relativamente ao Representante da República. Partilho exatamente da mesma opinião do Sr. Doutor, quer dizer, entregar aquele poder a quem e como. E para nós ainda continua a ser uma dúvida: a quem? E como?

**Representante do Fórum Açoriano (Carlos Arruda):** Esse é que é o grande problema!

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Doutor.

**(\*) Representante do Fórum Açoriano (Carlos Arruda):** Em relação...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Tem que ligar o microfone.

**O Orador:** Em relação à janela, quer dizer, o Sr. Deputado disse e é verdade, há uma espécie de janela neste momento, uma janela que é própria da RTP e penso que há muitas pessoas lá de fora... O problema é esse: é que nós entendemos que não pode ser assim e, portanto, que deve ser a televisão nacional que tem que se organizar de maneira, evidentemente com as forças políticas locais, a que a RTP seja, na realidade, um órgão de informação muito mais vasto, inclusivamente atendendo à diáspora, por exemplo, e não como está a funcionar. Agora os problemas técnicos do funcionamento da RTP, tudo isso, é só das coisas... Mas estamos a falar que isso tem um problema, que nós sentimos e, portanto, depois pusemos aqui esse problema.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, sim senhor!

**(\*) Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, o debate continua aberto.

Não sei se há mais algum tipo de esclarecimento do Dr. Carlos Arruda. Creio não existir.

Resta-me, naturalmente, agradecer ao Sr. Doutor e ao Fórum Açoriano o seu contributo. Nós vamos prosseguir com um conjunto de audições e também na nossa reunião preparatória, em que foram definidas as metodologias dos trabalhos, ficou mais ou menos assente que haverá um conjunto cíclico depois de audições e eventualmente haverá mais alguma oportunidade de voltarmos a conversar. Sendo certo, também, que estamos sempre abertos a que qualquer instituição, qualquer cidadão... aliás, também na nossa primeira reunião deliberamos (que a criação que creio, se ainda não foi verificado se já está efetivada, que pelo menos já foi de certeza comunicada à Sra. Presidente e deve estar por pouco) no sentido de no próprio site da Assembleia haver, digamos assim, uma caixa de comentários, sugestões, propostas relacionadas com esse tema e, naturalmente, por qualquer forma, essa, ou uma mais clássica, ou mais moderna estará esta Comissão e todos os seus membros com muito gosto à disposição e agradecerá sempre qualquer contributo, qualquer precisão, que nessas matérias e ao longo do tempo e quando surgir oportunidade, o Fórum Açoriano nos queira manifestar.

**(\*) Representante do Fórum Açoriano (Carlos Arruda):** Só posso agradecer à Comissão a oportunidade que deu ao Fórum Açoriano de

**Audição do Representante do Fórum Açoriano**  
**Dr. Carlos Arruda**  
Ponta Delgada, 27 de abril de 2017

demonstrar as suas reflexões que certamente serve para isso, propor discussões à sociedade nos problemas que vão surgindo nos Açores.

**Presidente:** Muito obrigado então e até sempre.

*Eram 17 horas e 03 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo orador

**P<sup>o</sup>o redator:** André Silva

